

# PROFESSORAS NEGRAS: IDENTIDADE E MEMÓRIA\*

Nilma Lino Gomes \*\*

## RESUMO

Neste trabalho, buscou-se investigar, através de uma pesquisa de tipo etnográfico, como o contexto escolar vivenciado por mulheres negras contribuiu para a reprodução do preconceito e da discriminação racial e de gênero e a interferência destes na prática pedagógica dessas mulheres. Considerou-se, também, que as relações estabelecidas em outros espaços sociais, como a família, o círculo de amizades e a militância política, exercem influência na constituição do "ser mulher negra" na sociedade brasileira.

**Descritores de Assunto:** Educação – Professor – Identidade – Mulher e Educação – Discriminação Racial – Escola Pública

## ABSTRACT

This Work aims at investigating black women's pedagogical work contribution for the reproduction of prejudice as well as of racial and gender discrimination focusing on the intervenience of such elements in those women's pedagogical work. The text evidences that social instances such as the family, the social group and the political militancy provide subsidies for the characterization of black women in the Brazilian Society.

**Describers:** Education - Teacher - Identity - Women and Education - Racial Discrimination - Public School

\* Este texto baseia-se na dissertação de mestrado "A trajetória escolar de professoras negras e sua incidência na construção da identidade racial", defendida pela autora em 29/06/95, na Faculdade de Educação da UFMG, sob orientação da Professora Dr<sup>a</sup> Eliane Marta Teixeira Lopes. Este mesmo trabalho foi publicado em 1995, pela Mazza Edições com o título "A mulher negra que vi de perto".

\*\* Professora do Departamento de Administração Escolar da Faculdade de Educação da UFMG

Ao abordar a problemática educacional brasileira, os estudos e as pesquisas produzidos têm, na sua grande maioria, voltado o olhar para a análise de questões como o fracasso escolar, a organização do processo de trabalho na escola, a privação cultural dos alunos de classe trabalhadora, entre outros. Nesses trabalhos, a classe social tem sido considerada como principal ponto de partida para a análise da escola pública. Realmente, não se pode negar a relevância desse fator quando estudamos o processo educacional de um país capitalista onde a educação de qualidade tem sido privilégio de uma determinada classe.

Entretanto, o processo educacional é bem mais complexo, e essa complexidade tem demonstrado cada vez mais que, somados ao fator classe social, existem outros que são primordiais para se analisar a escola brasileira. Um olhar mais atento do pesquisador sobre a diversidade das relações estabelecidas em uma sociedade pluriétnica e pluricultural, como é o caso do Brasil, mostrará que para a compreensão da problemática educacional e maior aprofundamento nas relações que se estabelecem no cotidiano escolar, é necessário abandonar a visão restrita, preconceituosa e discriminatória que desconsidera a interferência de fatores como a diversidade étnico-cultural e as relações de gênero, presentes no processo escolar.

Entendo que professor e aluno não se caracterizam simplesmente pelo fato de pertencerem a determinada classe social. Ambos são sujeitos de um processo histórico-cultural, fazem parte de diferentes grupos sociais, possuem pertencimentos raciais diferenciados e são sexuados.

Partindo desse pressuposto, busco retratar aqui a mulher negra e professora das séries iniciais do ensino fundamental, como sujeito que vem construindo a sua identidade racial por meio das relações estabelecidas nos diversos espaços sociais como a família, o círculo de amizades, a militância política e a escola. Busco, também, compreender como o racismo, a discriminação e o preconceito racial presentes na sua trajetória escolar incidem na construção de sua identidade racial e interferem na abordagem que essa mulher adota, quando discute a questão racial com seus alunos.

Nesse sentido, realizei uma pesquisa em uma escola municipal de Belo Horizonte cujo corpo docente apresentava uma quantidade significativa de mulheres negras. A classificação quanto à pertinência racial dessas mulheres resultou da articulação de diferentes tipos de olhares: da direção da escola, da pesquisadora e das professoras entrevistadas.

O depoimento oral foi a técnica utilizada para a realização de dezessete entrevistas das quais nove foram selecionadas para este trabalho. A pesquisa de tipo etnográfico foi a metodologia escolhida, pois sua abordagem nos permite trabalhar, com mais precisão, a teia de relações e complexidades suscitadas pela proposta de investigação. Sendo assim, durante oito meses mantive um acompanhamento diário do trabalho da escola, buscando apreender a totalidade dos fenômenos estudados e articulando-os com as teorias: antropológica e educacional.

Os resultados obtidos, e que serão discutidos no decorrer deste artigo, confirmam a urgência da mudança de ótica dos profissionais da educação ao analisarem a realidade escolar. É necessário que se busque desvendar o universo dos sujeitos envolvidos no processo educacional, que se conheça quem é essa mulher que atua enquanto professora, e quem é esse aluno de classe trabalhadora de quem tanto falamos. Será que somente o fato de ser mulher e de classe trabalhadora determina os problemas, a atuação e a visão de mundo da professora? Qual a interferência dos fatores étnico-raciais na história de vida e prática dessa mulher?

Não descarto a importância dos estudos que abordam a estrutura e a organização do sistema de ensino. Todavia, enfatizo que, além desse tipo de análise, é necessário, também, dar vez e voz aos sujeitos envolvidos na trama escolar. É permitindo que eles falem sobre si mesmos e emitam opiniões sobre a sua prática social que poderemos constatar os diversos fatores que envolvem a realidade na qual estão inseridos. No caso da escola, e, mais especificamente, da escola pública, teremos uma visão vinda de dentro para fora e que nos mostrará a complexidade de problemas que envolvem o cotidiano escolar que, com certeza, não se reduzem aos fatores sócio-econômicos que afetam a classe trabalhadora brasileira.

## 1. RAÇA OU ETNIA: EIS A QUESTÃO

(...) "No entanto, se cientificamente a "raça" é um conceito pouco significativo, política e ideologicamente ele é muito significativo, pois funciona como uma categoria etno-semântica, isto é, política e econômico-social de acordo com a estrutura de poder em cada sociedade multirracial." (MUNANGA, 1990, p. 110)

Existe muita polêmica no meio acadêmico quanto ao uso do termo raça. A antropologia rejeita essa terminologia, preferindo etnologia, pela relação que existe entre esta e a antropologia física, fazendo a ligação entre raça e a afirmação de que existem raças superiores e

inferiores. Muitos autores não chegam a um acordo sobre a utilização do termo, em virtude de antecedentes históricos ligados à idéia de dominação político-cultural.

Por mais que a nova postura da antropologia seja uma contribuição para o avanço do estudo sobre relações raciais, justificando teoricamente que etnia é o melhor termo a ser usado tendo em vista sua dimensão histórica e cultural, na prática social, quando se discute a situação do negro na sociedade brasileira, raça ainda é o termo adotado, e que consegue dar a verdadeira dimensão do racismo existente na sociedade brasileira.

Sendo assim, o Movimento Negro e os sociólogos, quando usam o termo raça, não o fazem mais alicerçados na idéia de raças superiores e inferiores, como originariamente. Pelo contrário, usam-no com uma nova interpretação que se baseia na dimensão social e política do referido termo. E, ainda, usam-no porque a discriminação racial e o racismo na sociedade brasileira se dão, não apenas devido aos aspectos culturais dos representantes de diversas etnias, mas também devido à relação que se faz entre esses aspectos e os atributos socialmente observáveis dos pertencentes às mesmas.

Opto pelo termo raça para discutir as relações raciais na sociedade brasileira como um conceito relacional que se constitui, histórica e culturalmente, a partir de relações concretas entre grupos sociais em cada sociedade.

Esse conceito pode ser aplicado à sociedade brasileira já que nosso imaginário social, ao referir-se aos negros, não dispensa as características fenotípicas como fator importante para se analisar o pertencimento racial e as relações raciais em nossa sociedade. Tendo clareza nesse aspecto, ao usar o termo raça, rejeito o determinismo biológico e, ainda, incluo três outras dimensões para a análise da questão racial: a geográfica, a histórica e a política.

A geográfica porque remete a uma ancestralidade comum que teve e/ou tem sua origem em uma localização específica, sofrendo influências do clima, da adaptação ao ambiente, das formas de economia e do comércio.

A dimensão histórica porque o processo de ascendência e descendência nos mostra que os grupos sociais constroem historicamente a sua trajetória, atuando enquanto sujeitos, influenciando e modificando a sociedade da qual fazem parte através do trabalho e da herança cultural. É através da história que podemos comprovar o processo devastador do racismo que atinge a vida de milhares de negros brasileiros.

Política, porque é essa dimensão que me permite afirmar e provar o quanto não se pode discutir o racismo no Brasil, sem destacar que a discriminação existente em nossa sociedade não é somente étnico-cultural, mas possui uma dimensão racial, porquanto os atributos físicos é que dão o pertencimento racial aos indivíduos, e não a sua origem étnica. Nesse sentido, noto que o uso do termo raça, numa dimensão política, não se relaciona à questão do genótipo. Como a raça é construída social e diferentemente, nota-se que, fenotipicamente, muitos negros são considerados brancos no Brasil.

Reconheço a contribuição que o uso do termo etnia e a noção de grupo étnico nos trazem ao questionar a tradicional noção de raça, desmitificando a idéia de superioridade e inferioridade, e abordando a diversidade cultural.

Contudo, é preciso tomar cuidado ao trabalharmos com etnia para não se realizar uma reflexão pretensamente cultural das relações raciais no Brasil, o que nos levaria a uma análise superficial e ideologicamente distorcida do racismo. Discutir etnia no Brasil, sem pontuar a raça de uma forma redimensionada, é não abarcar a eficácia do racismo e das práticas discriminatórias presentes nos vários setores da nossa sociedade.

## **2. A PRESENÇA DAS TEORIAS RACISTAS DO INÍCIO DO SÉCULO, NA REALIDADE ESCOLAR, HOJE**

Durante a realização das entrevistas, um dado novo surgiu e foi recorrente na fala de todas as mulheres: a presença do discurso ideológico sobre a raça negra, defendido pelos teóricos racistas brasileiros no final do século XIX e início do século XX.

Esse fato vem confirmar ainda mais o quanto a escola não é um campo neutro, onde, após entrarmos, os conflitos sociais e raciais permanecem do lado de fora, mas sim, uma instituição onde convivem conflitos e contradições. O racismo e a discriminação racial, que fazem parte da sociedade brasileira, estão presentes na escola, na relação entre os educadores e entre professores e alunos.

O próprio fato de não se aceitar que nas escolas existam racismo e discriminação racial pode ser considerado como um indicador da sua existência. Negar a existência do outro já é a confirmação de sua presença.

Os depoimentos mostraram que o ambiente familiar e a escola têm grande contribuição na reprodução do pensamento racista. O mais agravante é que a maioria dos professores negros ou não - continua contribuindo para essa reprodução.

O racismo presente no imaginário social e na prática brasileira serviu de base para a elaboração e aplicação de teorias; o seu efeito foi incorporado no discurso e na prática do cidadão brasileiro e transformou-se em senso comum, a ponto de ser repetido na escola, como se fosse consenso para toda sociedade.

#### a) CONTEXTUALIZANDO

Desde 1870, a discussão sobre o racismo que respondesse aos interesses da elite e explicasse a miscigenação foi ponto de destaque dentro das Ciências Sociais. O diagnóstico da situação racial no País foi ponto de reflexão e discussão de todos os que tentaram, até a década de 30, definir a identidade nacional. Entretanto, apesar da questão racial e sua interferência na formação da sociedade brasileira ter sido, até esse momento, motivo de discussão, não se pretendia, com isso, revisar a historiografia sobre o negro e sua real participação e contribuição. Antes, predominava o discurso racista travestido de interpretações etnocêntricas, sempre tentando justificar a suposta inferioridade do negro e seu lugar ocupado na sociedade.

Na tentativa de resolver o "problema racial" brasileiro, a elite branca e dominante, primeiramente, buscou o apoio nas teses européias do racismo científico (fins do século XIX e início do século XX) versando sobre a superioridade e inferioridade das raças que, apoiadas na antropologia física, afirmavam a impossibilidade de civilização por parte dos negros brasileiros, garantindo, assim, a hegemonia racial e social do segmento branco da população.

Mais tarde, as transformações político-sociais, a ineficácia científica das teorias européias e a crescente miscigenação do País levaram o discurso racista brasileiro a uma redefinição, passando os teóricos a defender a mestiçagem como geradora de um tipo racial novo no Brasil, que se aproximaria muito mais do tipo europeu do que do negro ou do índio.

Finalmente, nessa fatura de teorias surge a da democracia racial que se afirmou como mito e que atendeu prontamente os interesses da elite, ávida para resolver o problema racial brasileiro, que trazia complicações para a definição da nossa nacionalidade. A democracia racial veio como uma solução satisfatória, pois, no seu discurso, ela eliminava as desigualdades entre as "três raças formadoras da sociedade brasileira" (o negro, o índio e o branco), afirmando que existia entre elas uma situação de igualdade.

Dentre os vários representantes dessas teorias no Brasil, selecionei algumas das obras de Nina Rodrigues (1862-1906), Oliveira Vianna (1883-1951), Arthur

Ramos (1903-1949) e Gilberto Freyre (1900-1987), por sua importância junto à intelectualidade brasileira. Observei que, mesmo desconhecendo a obra dos referidos autores, as professoras entrevistadas reproduziam, na sua fala, a ideologia racista por eles defendida, fato que comprova a eficácia dessas teorias e a sua influência sobre o pensamento racial brasileiro da atualidade.

A prática escolar, o cotidiano da escola, as situações relacionadas à expectativa do professor em relação aos alunos negros e brancos, o relacionamento entre as professoras negras e brancas demonstram que, ainda hoje, juntamente com a democracia racial, convivem discursos e práticas ligadas às idéias veiculadas pelas teorias da inferioridade do negro, defendidas por Nina Rodrigues e pela política do branqueamento de Oliveira Vianna.

Se nos meios acadêmicos as mudanças podiam ocorrer apenas na elaboração de teorias que pretendiam evitar o confronto, na prática social as coisas não se davam com a mesma facilidade. Apesar da decantada democracia racial, o racismo e a discriminação racial continuam convivendo de forma devastadora, porém mais escamoteada.

Também na escola convivem, com um ar científico, todas as representações que os teóricos conseguiram elaborar sobre o negro. Sendo assim, podemos refletir sobre o impacto que alunos negros sofrem ao deparar com opiniões e impressões sobre o negro.

#### b) NINA RODRIGUES E A SUPOSTA INFERIORIDADE RACIAL DO NEGRO.

Nina Rodrigues (1862-1906), professor de Medicina Legal na Faculdade de Medicina da Bahia, preocupou-se com a definição do brasileiro como povo e do Brasil como nação.

Aceitava totalmente as teses do determinismo racial, pelas quais a inferioridade do negro podia ser comprovada através da ciência evolucionista e a degenerescência do mestiço era incontestável. Não se pode negar que realizou um exaustivo trabalho de pesquisa, fazendo levantamentos sobre a língua e a religião dos africanos na Bahia para conhecer a forma com que se dava a inserção e o grau de influência do negro sobre a população brasileira. Entretanto, a base do seu pensamento estava nas teorias do racismo científico e, mesmo tendo falecido aos quarenta e quatro anos, sua obra, com todo o viés racista, serviu de vanguarda para os pesquisadores do tema, quer seja para aceitá-la, quer seja para refutá-la.

Apesar de o racismo científico ser considerado ultrapassado pela Antropologia e pela Sociologia, a fala das professoras entrevistadas, das profissionais da escola

em geral e da sociedade brasileira em seu todo demonstram que seus resquícios ainda persistem.

Podemos observar no depoimento abaixo que ainda perdura uma baixa expectativa quanto ao desempenho intelectual dos negros, sendo que o bom desempenho de uma aluna negra foi visto como algo incomum e motivo de espanto pela própria professora negra.

- "Quando dei aula para a primeira sala tinha uma aluna excelente em rendimento, mas com muitos problemas familiares. Ela até era negra, mas era muito inteligente. Você precisava ver que beleza!" (professora negra)

Em outro depoimento, a professora expressa a introjeção do pensamento racista quando compara o ser negro com a anormalidade:

- "Se eu falasse uma pessoa normal, como todo mundo, como todas as outras raças, eu estaria mentindo. Não estaria sendo sincera, porque a gente tá vendo a discriminação no Brasil como é." (professora negra)

A suposta inferioridade racial não está presente somente na escola. Nos vários espaços sociais vivenciados pelo negro, como a vizinhança, persiste a baixa expectativa em relação ao negro, alicerçada em uma visão distorcida e racista.

- "O que eu acho é que pesou muito a questão racial. Porque para eles (os vizinhos) o negro, lá, tem que ser o bêbado, o que não trabalha. E... lá em casa, minha família fugiu do padrão negro que eles tinham costume de conhecer. Porque, infelizmente, lá perto de casa é assim: geralmente o negro é que tá no bar, o negro é que faz, que briga. O negro é que apronta. E lá em casa, eu e meus irmãos fugimos dessa regra." (professora negra)

Tais afirmações, presentes hoje, na fala de professoras e alunos, podem ser encontradas na leitura da obra de Nina Rodrigues que afirmava não existir escapatória para o negro brasileiro quanto a sua condição inferior. Ao fazermos a leitura de sua obra, será que encontraremos tanta diferença no pensamento, que ainda hoje persiste na sociedade brasileira e na escola, presente nas citações acima?

"A Raça Negra no Brasil, por maiores que tenham sido os seus incontestáveis serviços à nossa civilização, por mais justificadas que sejam as sympathias de que a cercou o revoltante abuso da escravidão, por maiores que se revelem os generosos exageros dos seus ghiriferários (sic), há de se constituir sempre um dos factores da nossa

inferioridade como povo." (RODRIGUES, 1935, p.24)

### c) OLIVEIRA VIANNA E A IDEOLOGIA DO BRANQUEAMENTO

Francisco José de Oliveira Vianna (1883-1951) nasceu no Rio de Janeiro. Advogado, historiador e professor da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, tornou-se um dos autores mais lidos no que diz respeito à interpretação da realidade brasileira.

Apesar de ser considerado o teórico do racismo arianizante, fruto da sua aceitação às teorias racistas européias que já começavam a ser questionadas, Oliveira Vianna apontava para a resolução do problema étnico do Brasil: o ideal do branqueamento.

Ele via na imigração européia um importante fator para acelerar a arianização do sangue brasileiro. Essa afirmação aliviava a elite brasileira do início da década de 20 que preferia estar associada à mestiçagem – que levaria ao branqueamento da nação – à produção do mulato – tipo degenerado – como afirmava Nina Rodrigues.

Sua opinião sobre a mestiçagem se contrapunha aos argumentos de Nina Rodrigues e às premissas do racismo científico, pois afirmava que o Brasil alcançaria a pureza étnica através da miscigenação. O mestiço seria o tipo racial que iria assimilando cada vez mais as características do branco e não do negro nem tampouco do índio, – duas "raças primitivas" O branqueamento era defendido por Oliveira Vianna pela seleção eugênica das raças através da miscigenação, que deveria ser controlada e estimulada tanto política quanto ideologicamente.

Ao aliar o embranquecimento com a defesa de governos autoritários e não liberais, esse autor fazia-se intérprete da política que legitimava diversos segmentos burgueses da Primeira República. (FRANCISCO, 1992)

De acordo com Oliveira VIANNA (1932, p. 154-155):

"O valor de um grupo étnico é aferido pela sua maior ou menor fecundidade em gerar tipos superiores, capazes de ultrapassar pelo talento, pelo carácter ou pela energia da vontade, o escalão médio dos homens de sua raça ou do seu tempo. Esses homens são os únicos elementos que 'marcam' numa qualquer sociedade, são eles que dirigem as massas, eles que, modelando a consciência dos indivíduos sem personalidade, que são a maioria, modelam a alma e phisionomia dos grupos a que pertencem. Em todas as raças humanas, mesmo as mais baixamente collocadas na escala da civilização, esses

tipos superiores aparecem: não há raça sem eugenismo. O que principalmente as distingue é a sua maior ou menor fecundidade em eugênicos" (...) (grifo do autor)

Percebe-se, na fala de algumas professoras entrevistadas, o efeito que a ideologia do branqueamento teve sobre o negro brasileiro. Embora, atualmente, não se fale sobre um branqueamento que levará à arianização da população, nota-se que muitos negros possuem dificuldade de nomearem a si mesmos como tal, preferindo usar expressões com um caráter eufemístico.

- "Igual eu te falei, meu pai é negro, a família dele toda é, então... assim... como é que a gente vai ter rejeição? Não tem jeito! Eu tenho um irmão que é mais escuro, os outros são assim da minha cor, mas assim... brincadeiras a gente faz, eu tenho um cunhado que é muito brincalhão, então... ele tem a maior intimidade com meu pai e, às vezes, brinca e fala: - Ah, Crioulo! Sai pra lá..." (professora negra)

#### d) ARTHUR RAMOS E SUA ANÁLISE SOBRE A CULTURA

Arthur Ramos (1903-1949) era médico e formado também pela Faculdade de Medicina da Bahia. Considerava-se um continuador de Nina Rodrigues, porém seus estudos trouxeram contribuições sobre a religião dos negros da Bahia e do Rio de Janeiro e suas análises não mantinham o teor racista e reducionista daquele.

Para o leitor que realizar uma análise pouco crítica de sua obra, pode parecer uma exceção à regra dentre aqueles que ajudaram a construir as teorias racistas na sociedade brasileira. Não se pode negar os avanços de suas análises se as compararmos com Nina Rodrigues e Oliveira Vianna, principalmente pela inclusão da discussão sobre a cultura.

Entretanto, a sua análise baseava-se no evolucionismo que postulava que as culturas diferentes da ocidental e, por isso, menos "evoluidas", representavam "sobrevivências" das fases anteriores. Assim, através do método comparativo, estudava-se a ausência ou presença dos fatos separados do seu contexto global.

A opinião de Arthur Ramos sobre a primitividade da cultura negra não aparece explicitamente na escola. Ela pode não ser percebida nas falas das professoras entrevistadas, porém está presente nos livros didáticos que são usados na escola, quando se referem à influência dos negros na cultura brasileira. Quando, por exemplo, estudamos o folclore brasileiro, a visão que nos é

transmitida sobre a cultura do negro, geralmente, é descaracterizada e se resume a algumas palavras que hoje fazem parte do nosso vocabulário, comidas típicas, danças, festas e cultos. Dificilmente ouvimos referências ao significado das palavras e ao verdadeiro sentido do culto aos orixás. A cultura negra ainda é tratada pela sociedade brasileira e pela escola como se fosse primitiva, ou então, como mera manifestação folclórica.

#### e) GILBERTO FREYRE E A DEMOCRACIA RACIAL

A partir da década de 30, diante da indiscutível miscigenação, da intenção do Brasil de intensificar sua política externa, da decadência das teorias racistas do final do século XIX, não cabiam mais as afirmações de que o negro era inferior, o mestiço era degenerado e o imigrante ajudaria a formar uma população mais branca. Pensar que o problema era o desnível cultural, como afirmava Arthur Ramos, era mais tranquilo. E melhor ainda seria definir o País como uma democracia racial, pensamento divulgado por Gilberto Freyre (1900-1987).

Gilberto de Mello Freyre nasceu em Recife, fez o bacharelado na Universidade de Baylor, nos Estados Unidos, e estudos referentes ao Mestrado na Universidade de Colúmbia.

Ganhou ressonância nacional ao publicar, em 1933, o livro *Casa Grande e Senzala*, que permanece até hoje como um dos documentos básicos sobre a formação da sociedade brasileira no período colonial e suas transformações durante o século XIX. Esse livro é a crença no Brasil mestiço. A mestiçagem não é vista como fator de degenerescência, como afirmavam os teóricos racistas do início do século.

Gilberto Freyre partia do pressuposto inovador para o Brasil de 1930-40: não existiam raças superiores, nem inferiores. Segundo ele, a miscigenação não era um dano irreparável para a nação. Havia um aspecto positivo da mistura racial. O mito da democracia racial, expresso nas obras de Freyre, tornou-se uma das formas de se manter a ideologia dominante nas relações de dominação econômica e racial e na imagem diplomática e harmoniosa do País no exterior.

É ainda com base no mito da democracia racial que algumas das professoras entrevistadas afirmavam não ser importante discutir a questão racial na escola pública, pois somos todos iguais e, se mostrarmos a diferença, então discriminamos. Apontar as diferenças é, etimologicamente, discriminar. Todavia, no Brasil, esse verbo tem sido usado para legitimar a dominação, para realçar pertinências raciais e manifestações culturais diferentes, considerando-os inferiores e não respeitando aquilo que é específico. A

omissão, o não dito, ou o escamoteamento, no que diz respeito ao tratamento dado à questão racial na escola, são também formas de discriminar.

A escola, por mais que negue o racismo e a discriminação racial que se dão no seu interior, não consegue fugir ao fato de que, sendo um dos "formadores de opinião", também vive ainda com o (...) "legado intelectual do compromisso que seus pais e avôs fizeram um dia com a teoria racista" (...) (SKIDMORE, 1976, p. 239). Admitir esse fato é o primeiro passo para uma intervenção concreta na sua superação. O racismo e a discriminação racial estão presentes na sociedade e seu desdobramento na escola é tão eficaz que os próprios professores não conseguem perceber a sua dimensão.

Democracia racial, em um País de base racista, é algo impossível de acontecer. Porém, garantir essa falácia ameniza os possíveis confrontos que poderiam se estabelecer no País, caso se instalasse aqui uma política birracial explícita como nos casos dos Estados Unidos e da África do Sul.

### 3. AS PROFESSORAS NEGRAS E SUA TRAJETÓRIA ESCOLAR

Na trajetória das mulheres negras - remontando à história das africanas trazidas como escravas para o Brasil, desagregadas de suas famílias e sendo forçadas a trabalhar no eito, na casa-grande, amamentando as crianças brancas, enquanto lhes era negada a maternidade e consideradas objetos de prazer para satisfazer as taras sexuais dos senhores - ocupar, profissionalmente, o lugar que, anteriormente, era permitido só aos homens e brancos representa muito mais do que uma simples inserção profissional. Embora nem todas as que atuam nessa categoria profissional façam esse tipo de análise, uma rápida retrospectiva histórica da luta e resistência da mulher negra demonstrará que, ao apontar esses fatores que marcam a trajetória da mulher negra, faço o devido reconhecimento histórico de sua luta.

A pesquisa mostrou que narrar a trajetória escolar - as lembranças familiares, os comentários e sua relação com o racismo e a discriminação racial, falar de uma realidade em que, desde muito cedo, aprende-se a negar-se a si mesma para ser aceita pelo outro - não podia resultar em uma sensação de prazer por parte das mulheres negras entrevistadas.

Para se apreender o que essas mulheres tinham a dizer sobre si mesmas e sobre sua trajetória escolar, como exprimiam o pensamento construído sobre o ser mulher negra na sociedade brasileira e como levaram essa vivência para o campo educacional, selecionei e analisei

alguns temas que se fizeram presentes na construção do discurso das professoras e que, também, expressam a complexidade do processo de identificação racial.

#### a) A FAMÍLIA

Os comentários realizados nas famílias das professoras entrevistadas demonstram por que maneira o negro se vê e vê o outro, num processo que se encontra entre a negação e a afirmação: ora reproduz o pensamento racista, ora constrói um discurso de maior conscientização sobre o efeito nefasto do racismo. Esse ambiente poderá influenciar o tipo de prática a ser adotada quando adulto: ou assumir e valorizar a pertinência racial e, no caso da mulher negra e professora, desenvolver algum tipo de trabalho com os alunos que lhes permita avançar e superar os preconceitos, ou, então, limitar-se a reproduzir o que os livros didáticos falam, o que a história oficial conta, o que prega o mito da democracia racial e a política do branqueamento como as melhores e mais adequadas intervenções em sala de aula.

As figuras paterna e materna são importantes referências da origem racial da criança negra, introduzindo-a na complexa discussão sobre a raça e inculcando-lhe a necessidade de mostrar-se mais competente do que os brancos, principalmente através da escolarização.

#### b) VIZINHOS E AMIGOS

O relacionamento com vizinhos e amigos exerce uma grande influência na construção da identidade racial do negro. Juntamente com a família e a escola, é na comunidade que a criança negra se defronta com as primeiras ações racistas e discriminatórias, com os estereótipos e estigmas que marcam o negro brasileiro.

Em alguns depoimentos, as professoras lembraram o quanto a expectativa dos vizinhos em relação à família negra era negativa, chegando alguns a surpreenderem-se com aqueles cuja história de vida não correspondia aos estereótipos: bêbado, ladrão, analfabeto, irresponsável e outras tantas pechas.

#### c) OPÇÃO PROFISSIONAL PELO MAGISTÉRIO

Constata-se que as professoras não associam a opção profissional pelo magistério a uma conquista da mulher negra, nem a um rompimento com o lugar a ela imposto pela sociedade racista brasileira: mucama, ama-de-leite e objeto sexual.

As entrevistadas não realizam explicitamente uma reflexão histórico-política sobre o significado do ser professora na história da mulher negra brasileira,

ênfatisando a sua importância como ocupação de um espaço público que se relaciona diretamente com o saber formal, desmitificando a suposta incapacidade intelectual do negro apreendida pelos teóricos racistas.

A relação entre a opção pelo magistério e o rompimento com um certo lugar social é realizada por alguns familiares mais velhos das professoras, por mim, como pesquisadora, pelo Movimento Negro e por aqueles que realizam uma discussão política sobre o racismo brasileiro.

A fala das professoras demonstrou um certo desestímulo quanto à situação de desvalorização do magistério como campo profissional e sua baixa remuneração salarial, embora algumas ainda o considerem promotor de status social.

#### d) AS EXPERIÊNCIAS FRENTE À DISCRIMINAÇÃO RACIAL

Ao abordarem este tema, as professoras relembrou as experiências de discriminação racial sofridas e/ou presenciadas durante sua trajetória escolar e profissional. A negação/ocultamento foi uma constante. Observou-se que o impacto do racismo resulta em uma situação extremamente conflituosa para o negro brasileiro.

"Eu nunca tive cabelo bom, meu cabelo sempre foi anelado e então minha mãe tinha muito trabalho para trançar esse cabelo, lavar e então ela resolveu cortar o cabelo de todo mundo lá em casa. Ela cortou nosso cabelo baixinho, redondinho, tipo o cabelo do Michael Jackson, mas mais baixo, e eu lavava a cabeça de dia pois sempre tinha o costume de tomar banho antes de ir para a escola. Minha mãe sempre mandava a gente tomar e a irmã me barrou na porta da escola um dia. Porque não queria que eu fosse com aquele cabelo para a escola e as minhas colegas adoravam e então elas me pegaram como símbolo lá. Todo mundo brigava porque queria que eu entrasse com o cabelo daquele jeito. Foi um bafafá!" (professora negra)

As consequências que esse impacto acarreta levam alguns negros a adotarem, além da negação, comportamentos como a passividade e o descomprometimento em situações de discriminação racial. Outros reagem de forma mais eficaz à violência racial sofrida, organizando-se politicamente e participando das entidades do Movimento Negro.

A intervenção realizada pela professora negra em momentos nos quais os alunos discriminam uns aos outros por causa da pertinência racial ou direcionam

comentários preconceituosos à própria professora, está relacionada, entre outras coisas, ao processo de construção de sua identidade racial.

Poucas professoras demonstraram uma análise crítica sobre a situação de discriminação que enfrentaram ou presenciaram, o que não quer dizer que elas não saibam reconhecê-la. A reflexão mais profunda foi realizada por aquelas cujo ambiente familiar é marcado pela presença de uma discussão sobre a questão racial que vai além do senso comum.

#### e) O TRABALHO COM A QUESTÃO RACIAL NA ESCOLA E EM SALA DE AULA

A relevância desse trabalho foi considerada por todas as entrevistadas. Algumas, porém, salientaram que o mesmo deve ser realizado com muito cuidado, pois falar em diferenças pode reforçar a discriminação.

A ênfase do trabalho ainda recai sobre as datas comemorativas: 13 de maio (abolição da escravatura) e 22 de agosto (dia do folclore), sendo a primeira a mais discutida. O dia 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra, foi lembrado somente por uma professora que teve uma maior presença na discussão do Movimento Negro.

As professoras que sustentavam uma discussão mais analítica sobre a questão racial foram aquelas que demonstraram maior preocupação com o trabalho junto ao aluno negro, fazendo intervenções individuais na tentativa de contribuir para uma melhora da sua auto-estima e também estimulando-o quanto ao investimento na continuidade dos estudos.

#### f) RELACIONAMENTO COM AS OUTRAS PROFISSIONAIS, ALUNOS E PAIS DE ALUNOS

Algumas professoras sentiram-se constrangidas ao admitir a existência de atitudes preconceituosas das colegas de trabalho. Outras negaram esse fato e ainda um outro grupo, apesar do constrangimento, contou as suas impressões e narrou fatos significativos nos quais as falas das colegas estavam impregnadas de preconceito.

Novamente, a fala se afirma como um potente mecanismo de discriminação racial na escola. Nenhum dos depoimentos demonstrou o uso da força física ou agressão. Porém o reconhecimento de falas preconceituosas das colegas brancas era tão humilhante e constrangedor quanto se tivesse havido agressão física.

(...) "Numa das escolas que eu estava trabalhando, eu ouvi alguém dizer: - "Quando o negro não caga na

entrada, ele caga na saída". Então isso, às vezes, eu analiso muito. E sinto! Vejo! " (...) (professora negra)

#### g) INFORMAÇÃO E PARTICIPAÇÃO NO MOVIMENTO NEGRO

Notou-se que a participação em entidades do Movimento Negro, embora muito limitada ou mesmo o conhecimento de sua atuação por intermédio de parentes e amigos, permite às professoras que tiveram essa experiência a construção de um discurso que consegue analisar criticamente alguns aspectos da situação do negro. Todavia, os depoimentos não apresentaram uma discussão mais articulada sobre o papel da mulher negra nos movimentos sociais.

#### h) SER MULHER NEGRA NO BRASIL

Este foi um dos pontos marcantes das entrevistas. Saber-se negra é algo que só pode ser dito pela própria mulher negra. Expressar-se como mulher negra é traduzir diferentes conflitos: raciais, de gênero, sociais e políticos. A ambigüidade permeou a fala das mulheres: ora o sujeito negro era identificado nela mesma, ora referia-se a ele como exterior e pertencente somente àquelas cujos sinais diacríticos evidenciavam o pertencimento à raça negra.

Constatei que o conflito da identidade racial com a origem negra está colocado de maneira diferente para as mulheres consideradas socialmente brancas (morenas e mulatas) e para as pretas. As primeiras, por não se identificarem como negras, apelam para a mestiçagem e são socialmente respaldadas pela ideologia do branqueamento. As outras, mesmo se quiserem negar, tentando apelar para a mestiçagem encontram, nos traços fenotípicos, o estigma de pertencerem à raça negra.

As entrevistadas apontaram para a complexidade da situação do negro brasileiro, interligada ao aspecto sócio-econômico da classe a que pertencem. Todavia, algumas se mostraram mais otimistas, chegando a considerar a ocupação do espaço do magistério por algumas mulheres negras como demonstrativo de avanço.

Ser mulher negra e professora em um país como o Brasil implica um redimensionamento desses dois papéis, desmontando todos os estereótipos e estigmas historicamente criados. Requer ver-se como negra e profissional. E ver-se como negra envolve reconhecer-se como sujeito negro, possuindo um papel político na construção de uma prática pedagógica que desvele o racismo presente no ambiente escolar e aponte

alternativas de mudança no trabalho que a escola vem realizando. Atuar como profissional é reconhecer que a escola não é a extensão do lar, que a professora não é a mãe ou a tia, antes, que ela é uma mulher, com uma pertinência étnico-racial, portadora de cultura e que tem a sua prática pedagógica desenvolvida com alunos que são sujeitos histórico-sociais e que devem ser considerados e respeitados enquanto tais.

#### 4. CONCLUINDO...

A professora negra, enquanto sujeito, é portadora de valores culturais que refletem as suas representações sobre o que é "ser negra" e "ser mulher" na sociedade brasileira.

Embora, na maioria das vezes, essas representações sejam desconsideradas pelas pesquisas educacionais, a pesquisa realizada confirma o quanto a questão racial interfere no cotidiano escolar e na trajetória dos professores e dos alunos. As escolhas realizadas por esse profissional quanto à abordagem dos conteúdos, o tipo de relação que se estabelece com os alunos, com o corpo docente, e administrativo e com a comunidade, são permeadas por valores étnico-raciais que extrapolam a dimensão do subjetivo, interferindo diretamente na maneira como ele se vê e vê o outro dentro do coletivo. Essa percepção leva à construção de um determinado tipo de prática pedagógica e de atuação política. Nesse sentido, não podemos negar que a escola é uma das instituições sociais que interferem ao longo do processo de construção da identidade racial de professores e alunos.

O silêncio, a desconsideração das particularidades étnico-raciais, a folclorização da cultura e a ênfase na decantada democracia racial são grandes empecilhos para que se amplie a discussão sobre relações raciais na escola.

É necessário que a escola se posicione de maneira marcante na luta pela superação da discriminação racial e de gênero que se trava no seu interior. Caso contrário, seu caráter democrático continuará sendo, cada vez mais, contraditório e inacabado. Continuará, também, sendo uma das instituições que marcarão a vida de milhares de mulheres e homens, negros e brancos, com preconceitos, estigmas e estereótipos, instaurando a política do recalque e da opressão racial e de gênero.

Não faz sentido que os educadores reconheçam o caráter racista e sexista da sociedade brasileira no seu discurso e, ao mesmo tempo, neguem sua existência no interior da escola. De um modo geral, os professores encontram-se despreparados para lidar com a questão racial na escola, optando pelo silêncio e pela omissão. No caso da professora negra, em específico, além do despreparo, interferem também a dificuldade e o desafio

que esse trabalho representa, pois a remete à sua própria história de vida e às lições de fracasso que as experiências com a discriminação racial conseguiram lhe introjetar.

O resultado da pesquisa em questão e a análise da realidade racial do Brasil mostra-nos quanto se faz contraditório que os cursos de formação de professores continuem lançando, no mercado de trabalho, profissionais pertencentes aos diversos segmentos étnico-raciais, que não discutem nem refletem sobre a diversidade étnico-cultural dos sujeitos envolvidos no processo escolar. É necessário, também, que as pesquisas da área de educação incluam e considerem a raça como categoria de análise.

A escola deveria considerar, dentre os seus objetivos, além da transmissão do saber formal, o respeito à diversidade étnico-racial e cultural dos sujeitos que a frequentam. Se as relações estabelecidas na escola continuarem pautadas pelo racismo, pelo preconceito e pelas discriminações racial e de gênero, estaremos, cada vez mais, distanciando-nos da escola democrática, igualitária e de qualidade sobre a qual discursamos, e sua participação na formação de cidadãos estará longe de ser verdade. Estaremos, também, repetindo, a cada momento, teorias racistas, por menos conhecidas que sejam, e o negro continuará tendo sua trajetória escolar marcada por esse tipo de relações, que, em nada ajudam a construção de uma identidade racial que veja como positivos seus valores culturais e a história de sua raça.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FRANCISCO, Dalmir. Negro, afirmação política e hegemonia burguesa no Brasil. Belo Horizonte: UFMG, 1992. Dissertação (Mestrado em Comunicação Política). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 1992.
- FREYRE, Gilberto. Casa Grande e Senzala. Rio de Janeiro: Record, 1989. 59p.
- GOMES, Nilma Lino. A trajetória escolar de professoras negras e sua incidência na construção da identidade racial: um estudo de caso em uma escola municipal de Belo Horizonte. Belo Horizonte: UFMG, 1994. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 1994.
- LEITE, Dante Oliveira. O caráter nacional brasileiro. São Paulo: Pioneira, 1983. 378 p.
- MUNANGA, Kabengele. Negritude afro-brasileira: perspectivas e dificuldades. Revista de Antropologia. São Paulo, n. 33, p. 108-117, 1990.
- RAMOS, Arthur. O folclore negro no Brasil. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1954, 246p.
- . O negro na civilização brasileira. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 195. 246p.
- RODRIGUES, Nina. Os africanos no Brasil. São Paulo: Nacional 1935, 409 p.
- SILVA, Denise Ferreira. Revisitando a "democracia racial": raça e identidade nacional no pensamento brasileiro. Estudos Afro-asiáticos, Rio de Janeiro, n. 16, p. 157-70, 1989.
- SKIDMORE, Thomas E. Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, 332p.
- SOUZA, Neusa S. Tornar-se negro. Rio de Janeiro: Graal, 1983, 88p.
- VIANNA, Oliveira. Evolução do povo brasileiro. São Paulo: Nacional, 1933, 327p.
- . Raça e assimilação. São Paulo: Nacional, 1932, 235p.